

Cotejamento da educação profissional do Centro Paula Souza e do Ceará: semelhanças, diferenças e contradições.

Henrique Tahan Novaes

Como citar: NOVAS, Henrique Tahan. Cotejamento da educação profissional do Centro Paula Souza e do Ceará. *In:* CARLI, Tassiana; RODRIGUES, Edgar Bendahan; SOUZA, Leonardo Lemos de; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Gênero, Cidadania e Educação.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.195-223. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-365-6>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Cotejamento da educação profissional do Centro Paula Souza e do Ceará: semelhanças, diferenças e contradições

Henrique Tahan Novaes

INTRODUÇÃO

Nos anos 1970 o Projeto “Brasil Grande Potência” demandou uma política educacional que articulava alfabetização, qualificação de força de trabalho, e formação do que chamamos gestores do capital.

Historicamente o Estado de São Paulo se colocou na “vanguarda” das reformas educacionais desde o início da República (1889). No final dos anos 1960 não foi diferente ao criar um sistema de qualificação próprio para a burguesia industrial paulista e para as empresas transnacionais que aqui se instalaram. O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) surgiu em 1969 como resultado das demandas educacionais da nova fase de industrialização no Estado de São Paulo, no Brasil e no mundo.

Se até os anos 1970 predominava a formação de mão de obra “adestrada”, típica do regime de acumulação taylorista-fordista, hoje, com o

avanço do regime de acumulação flexível, predomina a perspectiva da “pedagogia das competências”, típica do regime de acumulação flexível e financeirizado.

Há muita propaganda, por parte do PSDB, sobre a “excelência” do CEETEPS. Por sua vez, as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará foram criadas a partir de 2008. Hoje são 131 escolas. Assim como no Centro Paula Souza, elas também são consideradas a “vitrine” de uma nova educação no Ceará. Da mesma forma que no Paula Souza, há uma seleção que seleciona os melhores e ao mesmo tempo melhores condições de trabalho do que o sistema educacional estatal em geral.

Já é possível adiantar que os dois subsistemas reforçam a tendência de segmentação ou fragmentação do sistema educacional. Na base da pirâmide do sistema educacional, uma escola estatal de péssima qualidade para as filhas e filhos da classe trabalhadora; professores precarizados e sem as condições mínimas para dar aulas. No meio dessa pirâmide, as escolas de educacional profissional, com professores mais bem assistidos, infraestrutura melhor, ou seja, melhores condições de trabalho, que permitem aos jovens uma educação razoável, e inclusive acesso ao ensino superior. No topo da pirâmide, os filhos das classes proprietárias e parcelas das camadas médias que estudarão nas melhores escolas privadas e se tornarão os gestores do capital cearense, paulista e mundial.

Este relatório de pesquisa apresenta os resultados parciais do projeto FAPESP que pretende cotejar o sistema de Educação Profissional do Centro Paula Souza com o novo sistema de Educação Profissional do Ceará, procurando observar suas semelhanças, diferenças e contradições. Nesta fase inicial da pesquisa, identificamos os seguintes eixos de pesquisa:

- a-) Mundialização do capital, fragmentação do sistema educacional e fim da universalização da educação de qualidade
- b-) Formas sutis de precarização do trabalho docente na educação profissional

c-) O papel do 3º Setor nas políticas educacionais para a educação profissional

d-) Projeto político pedagógico da educação profissional: competências, omnilateralidade, cidadania e empreendedorismo

Vejamos cada um deles.

O CEETPS E AS EEEPs NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, DA CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA FRAGMENTAÇÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

De forma cada vez mais complexa, a história educacional brasileira vem se repetindo. A partir dos anos 1930 – como tragédia educacional –, e a partir dos anos 1964, como farsa. Nos anos 1930, no contexto da Revolução de Vargas, os intelectuais orgânicos do capital prometeram uma escola pública de massas, de qualidade, para as maiorias, mas tudo indica que ficaram apenas com as experiências das Escolas Modelo. O povo permaneceu analfabeto.

Num país rasgado por contradições pesadíssimas, dentre elas a herança do trabalho escravizado, a concentração fundiária, a produção para fora e a industrialização truncada e restrita, as promessas de uma educação pública para as maiorias não foram cumpridas no período de 1930-64. Ao contrário, persistiram os traços de uma educação elitista, bem como as enormes taxas de analfabetismo, ainda que pequenas parcelas das camadas médias e do povo tivessem finalmente alcançado o direito à educação.

Universidades Federais foram criadas, mas o povo esteve longe de acessá-las. O SENAI – no contexto da industrialização dependente, tardia e truncada do Brasil – permitiu a uma parcela da classe trabalhadora seu lugar ao sol, com uma certa ascensão social.

Desde o golpe de 1964, o Brasil passa por uma longa decadência no que se refere aos projetos educacionais e as políticas educacionais propostas pelas classes dominantes. O ápice da decadência (ao menos até o governo

Bolsonaro) se deu no período da ditadura empresarial-militar, em que tivemos a abertura de um mercado educacional do ensino superior, a intervenção da ditadura na gestão das universidades públicas e nos seus currículos, além de um tecnicismo de baixa qualidade para formar trabalhadoras e trabalhadores adestrados.

A longa destruição do pequeno sistema educacional público (considerado à época de qualidade, mas sempre para poucos) se deu através de uma “expansão precarizada” da escola pública, para lembrar a professora Lisete Arelaro.

Houve uma readequação do complexo educacional para atender às necessidades da ditadura empresarial-militar, especialmente através dos acordos MEC-USAID (com sua perspectiva privatista e de perseguição a todos aqueles que minimamente tentaram construir a revolução brasileira) e para atender as necessidades do projeto “Brasil Grande Potência”.

Mesmo no período da chamada “redemocratização” do país, as políticas educacionais propostas nem sequer triscavam nos graves problemas sociais herdados dos períodos anteriores (1930-64/1964-85). Em função da ascensão do movimento operário e popular nos anos 1980, chegamos a achar que finalmente iríamos acertar as contas com esses graves problemas sociais brasileiros. Campanhas em defesa da educação pública, Fóruns, Debates, eleição de prefeitos democratas nos levaram a crer que iríamos construir a hegemonia educacional e dar a volta por cima. Triste fim do Brasil, perdemos as Diretas Já, Collor e Fernando Henrique Cardoso foram eleitos, e a transição lenta, gradual e segura nos levou a uma típica metamorfose: a ditadura empresarial-militar se transformou em uma ditadura do capital financeiro.

Não universalizamos até hoje a educação, e tudo indica que será impossível realizar as conquistas democráticas dentro dos marcos do capitalismo. Por uma razão muito simples: a inserção subordinada e dependente das nossas classes proprietárias no capitalismo não demanda um sistema educacional público, universal, amplo e de qualidade. Ao contrário, para se manter na nova divisão internacional do trabalho, não necessita de grandes

sistemas educacionais públicos, e sim de formação de mão de obra barata para exportar commodities.

Está cada vez mais clara a nova fase da decadência ideológica no campo educacional. A universalização da educação de qualidade em países periféricos e dependentes como o nosso saiu da agenda desde 1964. Entram em cena propostas de maior segmentação, fragmentação e focalização da educação pública, quando não a destruição dos sistemas educacionais, especialmente através da asfixia orçamentária e da consequente precarização do trabalho docente. O novo ensino médio e a BNCC são exemplos claros dessa decadência? Tudo leva a crer que sim!

Num mar de privatização dos sistemas educacionais, seja através de formas diretas de privatização, isto é, elevação a um novo patamar do mercado do ensino privado, ou de formas indiretas (atuação de ONGs, assessoria e venda de materiais para prefeituras por sistemas de ensino etc.), as políticas de segmentação, fragmentação e focalização da educação pública cumprem o seu papel na nova fase da decadência ideológica das classes proprietárias.

A década de 1990, na esfera das políticas educacionais, ficou marcada pela aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei nº 9.394 de 1996 (Brasil, [1996]); subordinada a critérios estabelecidos pelo Banco Mundial, como parte das políticas neoliberais. A Reforma da Educação Profissional, implantada pelo Decreto nº 2.208/97 (Brasil, [1997]), regulando o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da nova LDB, configurou a educação profissional em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Prevendo que o nível técnico, poderia ser oferecido de forma concomitante ao ensino médio ou após a sua conclusão. Promovendo a separação entre o ensino médio e ensino profissional, resultando em grandes mudanças curriculares.

Obedecendo as mudanças promovidas pelo Decreto nº 2.208/97, a partir de 1999, o Centro Paula Souza passa então a oferecer o Ensino Técnico de forma concomitante. Oferecendo também a possibilidade do aluno cursar o Ensino Médio regular na mesma unidade escolar, tendo a opção de ingressar no curso de formação técnica a partir da 2ª série do

Ensino Médio. Este decreto sofreu diversas críticas, de setores da educação e trabalhadores, por promover a dualidade entre formação propedêutica e para o trabalho, pelo viés produtivista, entre outros.

No início do século XXI, todas as Escolas Técnicas passam a ser denominadas de ETEC e as Faculdades de Tecnologia de FATEC, fortalecendo o projeto de consolidação da rede e de instrumento de propaganda do bloco no poder consolidado no governo do Estado de São Paulo desde 1995, comandado a partir daí pelo PSDB.

Segundo Marta Silva e Waldemar Marques (2014), em 2001, o Centro Paula Souza compreendia 64 escolas técnicas urbanas, 35 escolas técnicas agrícolas, totalizando 99 escolas técnicas; 9 Faculdades de Tecnologia, além de 12 classes descentralizadas - convênio com Prefeituras para o oferecimento de cursos técnicos voltados a economia local.

A partir de 2002, com destaque para o governo de José Serra (2007-2010), iniciou-se um grande processo de expansão do Ensino Profissional Técnico e Tecnológico, transformando-se na principal arma de propaganda política do governo estadual.

Tabela 1 - Evolução do número de Etecs e Fatecs

CEETEPS	1969	1979	1989	1994	1999	2009	2014	2019
Etecs	0	0	14	99	99	173	218	223
Fatecs	1	2	4	6	9	50	63	73

Fonte: Centro Paula Souza (2020)

A insatisfação com o Decreto nº 2.208/97 por parte de diversos segmentos relacionados a educação profissional, levou a revogação deste decreto e a elaboração de uma nova legislação em 2004, no Governo Lula:

A Reforma instituída pelo Decreto 2.208/97 carrega o ônus do aprofundamento da separação do fazer e do pensar. Além disso, assenta-se no aspecto da racionalização ou redução dos gastos de

produção a partir da minimização dos dispêndios com a produção e reprodução da força de trabalho (Oliveira, 2004, p. 11).

O debate avança no início do governo Lula (2003-2010). A Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, vinculada ao Ministério da Educação, promove o *Seminário Nacional de Educação Profissional: concepções, experiências, problemas e propostas*, fomentando o debate, e em decorrência destes, a regulamentação de uma nova legislação para a Educação Profissional, através do Decreto nº 5.154/2004 (Brasil, [2004]), em substituição ao Decreto nº 2.208/97 (Brasil, [1997]); reintroduzindo a possibilidade de integração entre a base comum do ensino médio e formação profissional, e a consequente construção de uma nova proposta curricular (Amaral, 2020; Mercurio, 2018).

O estudo de Detregiachi Filho (2012, p. 51) demonstra que a política de integração da Educação Profissional adotada pela Rede Federal de Educação Profissional apresenta índices de evasão escolar inferiores a política adotada pelo Centro Paula Souza em São Paulo,

A dicotomia entre a educação propedêutica e a educação profissional orientada por objetivos e condução política distintos, ressalta as contradições inerentes ao modo de produção dominante, e faz inferir que contribuam com a evasão escolar na educação profissional. Isso é verificado no modelo de educação profissional implementado pelo CEETEPS, que ao acentuar a dicotomia na educação, contribui para o aumento da evasão escolar. É fundamental aos governantes a coerência entre as ações e as intenções que devem ser sempre explicitadas.

Em 2019, o CEETEPS completou 50 anos de fundação, com sua rede composta por 223 escolas técnicas e 73 faculdades de tecnologias (conforme tabela das páginas anteriores), com praticamente todas elas enfrentando diversos problemas estruturais e de recursos humanos.

Para analisar o fenômeno das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará enquanto “vitrine” de um novo modelo educacional, é preciso destacar as políticas educacionais dos governos populares na América Latina. Quando, por um lado, não promovem a ampla

destruição e mercantilização da educação, manobra típica dos governos neoliberais dos anos 1990 ou dos governos de extrema direita (Macri e Bolsonaro, dentre outros), por outro, guardam um convívio sofisticado entre privatização da educação, de modo expansivo, e uma certa qualidade da educação pública para parcelas das camadas médias e da classe trabalhadora, o que parece ser o caso do Centro Paula Souza, das Escolas de Educação Profissional do Ceará e os Institutos Federais.

Quando Lula se tornou presidente em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT) criou os Institutos Federais (mais precisamente, Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) – onde de fato o ensino médio tem alguma qualidade. Tivemos também o surgimento de inúmeras políticas de educação profissionalizante nos Estados da Federação, especialmente com o decreto nº 5.154/2004 (Brasil, [2004]), a partir de uma certa onda econômica chinesa, que aliviou as contas nacionais e permitiu a implementação dessas políticas sociais, integradas a um “social-liberalismo” educacional. Tudo indica que a criação das escolas profissionais cearenses são filhas deste período histórico, especialmente através do incentivo do Governo Federal e o respaldo legal (decreto nº 5.154/2004) e o CPS foi também influenciado direta ou indiretamente pelo decreto.

Vimos nas páginas anteriores que o Centro Paula Souza surfou nessa onda de expansão da educação profissional nacional, tendo sempre em vista “mostrar-se para a nação” e retomar as rédeas do país, servindo como uma espécie de vitrine de governadores que queriam ser presidentes.

O Estado do Ceará é extremamente contraditório. Ao mesmo tempo que combina elevados níveis de miséria econômica e de miséria educacional, possui resultados educacionais promissores em algumas cidades e em vestibulares de altíssima concorrência. O quanto essas políticas são fruto de marketing político ou de tentativas de oferecimento de oportunidades educacionais minimamente republicanas, só a história poderá nos contar. Cabe lembrar também que o Ceará já formou presidentes do Brasil e já emplacou Ministros da Educação.

Quando Cid Gomes assumiu o Governo em 2008, o Ceará criou ao longo dos anos seguintes mais de 130 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEP). Ao olhar as fotos e as descrições destas escolas, é possível perceber que possuem uma infraestrutura invejável, bons laboratórios, boas salas de aulas e banheiros, professores melhores pagos do que as escolas estaduais “normais”. Elas possuem um sistema de seleção/classificação por notas que nos permite afirmar que elas selecionam os melhores. Será que é por isso que elas são melhores ou também por isso, ao “casar” melhores condições de trabalho e melhores alunos do que a rede estadual “normal”? Vejamos o que diz o site oficial:

O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação (SEDUC), assumiu em 2008 o desafio de implantar a rede de educação profissional no Estado. A estratégia central foi integrar o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses.

O modelo integrado possibilita a centenas de alunos a qualificação para ingressar no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que são habilitados a concorrer a uma vaga na universidade.

A educação profissional dá maior amplitude à concepção do direito à educação por criar condições para que se estabeleça um diálogo com o mundo do trabalho. Ao privilegiar o ensino integrado, o Governo do Ceará oferece aos alunos que concluíram o ensino fundamental a matrícula única para o Ensino Médio e formação técnica, abrindo a possibilidade de ingressarem nas Escolas Estaduais de Educação Profissional

Para o desenvolvimento dessa política, o Governo Estadual contou com a parceria do Governo Federal, através do Programa Brasil Profissionalizado, que tem sido, juntamente com os recursos do Tesouro Estadual, a principal fonte de financiamento das redes estaduais de ensino para a expansão da educação profissional e tecnológica no Ceará (Ceará, 2015).

Quadro 1 – Desenvolvimento da Educação Profissional no Ceará, de 2008 à 2018

Ano	Escolas em funcionamento (Nº)	Municípios (Nº)	Cursos (Nº)	Matrícula Inicial (1ª, 2ª e 3ª series)
2008	25	20	4	4.181
2009	51	39	13	11.349
2010	59	42	18	17.481
2011	77	57	43	23.916
2012	92	71	51	29.885
2013	97	74	51	35.981
2014	106	82	53	40.897
2015	111	88	52	44.897
2016	115	90	53	48.089
2017	116	93	53	49.894
2018	119	95	52	52.571

Fonte: Ceará (2019)

Acreditamos que para analisar a criação das Escolas de Educação Profissional (EEPs) do Ceará precisamos observar as múltiplas determinações que levaram à criação e ao desenvolvimento dessas experiências. Já destacamos nas linhas anteriores uma delas. A política federal que levou a criação do Programa Brasil Profissionalizado, nos governos Lula.

O livro de Deribaldo Santos, Webster Belmino e George Amaral (2023) intitulado “Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará: entre o discurso e a realidade” traz para as leitoras e leitores algumas das dimensões da política de criação e implantação das Escolas de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará. Joga luz nas especificidades destas Escolas e responde a alguns dos “enigmas” desse novo sistema de educação profissional.

Neste livro, é possível observar os fatores determinantes da criação dessas Escolas: marketing político, construção de prédios imponentes e que rendem votos, papel do Banco Mundial no financiamento, papel do MEC nos governos PT e sua proposta social, papel do governo cearense na implementação dessa política educacional, papel do 3º Setor na concepção de educação, entrada ou intensificação da agenda do empreendedorismo na educação, dentre outros.

Estes pesquisadores se debruçam sobre a perspectiva político-ideológica dessas Escolas, que curiosamente combinam a filosofia de Antonio Gramsci com a filosofia educacional da Odebrecht, formação omnilateral com empreendedorismo (Santos, Belmino, Amaral, 2023).

No nosso entendimento, essas novas escolas reforçam o que apontamos nas linhas acima: uma típica segmentação e fragmentação do sistema educacional. Na base da pirâmide educacional, uma escola estatal de péssima qualidade para as filhas e filhos da classe trabalhadora; professores precarizados e sem as condições mínimas para dar aulas. No meio dessa pirâmide, as escolas de educacional profissional, com professores mais bem assistidos, infraestrutura melhor, ou seja, melhores condições de trabalho, que permitem aos jovens uma educação razoável, e inclusive acesso ao ensino superior. No topo da pirâmide, os filhos das classes proprietárias e parcelas das camadas médias, que se tornarão os gestores do capital cearense e mundial.

Cumpra sublinhar que não acreditamos as Escolas de educação profissional devam ser rebaixadas, jogadas para a base da pirâmide. Mesmo com suas contradições e limites, elas de alguma forma permitem a uma parcela dos filhos da classe trabalhadora uma educação de qualidade. Prédios melhores, laboratórios melhores, professores e professoras menos precarizados, bibliotecas de qualidade, quadras de esporte boas, entre outros, o que certamente dá a esses alunos e alunas uma educação de mais qualidade.

Em termos gerais, as transformações do CEETEPS e das ETEPs fazem parte de uma ampla transformação nos sistemas educacionais brasileiros, de outros países dependentes e até mesmo de países centrais, marcadas

pelas premissas neoliberais e pela chamada “globalização”, por nós chamada mundialização do capital.

A mundialização do capital – que poderia ser subdividida em reestruturação produtiva e contrarreforma do Estado, teve consequências claras para o aprofundamento da tragédia educacional brasileira no último quarto do século XX.

Uma das hipóteses desta pesquisa tem a ver com o fim da possibilidade de universalização da educação e uma tendência a fragmentação do sistema educacional em inúmeros subsistemas cada vez mais precarizados.

É muito provável que a possibilidade de universalização da educação de qualidade, levantada nos anos 1950 e 1960, tenha se esgotado. Se estivermos certos, as políticas educacionais implementadas a partir da ditadura empresarial-militar de 1964, como parte de um longo processo de destruição da escola pública vigente até hoje, fragmentam e precarizam o sistema educacional.

O subfinanciamento da educação pública, por um lado, e o crescimento do sistema educacional privado, por outro, impedem a universalização de uma educação pública de qualidade. Ainda que os filhos da classe trabalhadora entrem na escola, praticamente não aprendem.

Isso tem a ver com o papel do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, como um país de capitalismo dependente e associado, como uma neocolônia, desindustrializada. Países de matriz dependente e associada tiveram muitas dificuldades no século XX para construir um sistema educacional público e qualidade para as maiorias. E quando pareciam começar a construir esses sistemas, eles rapidamente começaram a ser destruídos, a partir da ditadura de 1964. Se não bastasse isso, um novo ciclo de destruição da escola pública foi realizado pelos governos neoliberais na América Latina dos anos 1990. Criamos um sistema de educação pública subdesenvolvido e um sistema de educação privada hiperdesenvolvido.

As transformações ocorridas nos anos 1990 são significativas e devem ser recuperadas. A bandeira de participação nos rumos da educação se transformou em pseudoparticipação, principalmente porque os Ministros

da Fazenda já haviam fixado os poucos recursos para a educação pública. As lutas para diminuir o poder dos diretores na escola se transformaram numa nova fase de autoritarismo dos mesmos. A crítica a centralização dos sistemas escolares e as demandas por “descentralização” se transformaram em neocoronelismo e neonepotismo. Neste “clima”, não houve espaço para a implementação da gestão democrática, garantida formalmente na Constituição de 1988.

A “descentralização” gerou um presente de grego para os municípios, em geral sem estrutura e recursos para cuidar da educação infantil e do ensino fundamental I.

A crítica feita pelos educadores de esquerda à teoria do capital humano foi devolvida pelos gestores do capital na forma de “pedagogia das competências” e “pedagogia do empreendedorismo”. Sistemas educacionais privados passam a vendidos para escolas públicas, uma nova mercadoria rentável. Não bastasse toda essa tragédia, a luta nas escolas por formas de trabalho não alienadas para os estudantes se transformou em cooperativismo (salve-se quem puder) e empreendedorismo nas escolas.

A luta por sistemas mais próximos da realidade local se transformou em ampla atuação de Fundações, Institutos e ONGs, como parte do 3ª Setor. E a luta por uma educação pública de qualidade se transformou em formas cada vez mais sutis de privatização direta e indireta da educação, como amplas oportunidades de negócios/captura dos fundos públicos pelos empresários da educação ou por empresários que vendem produtos para os sistemas educacionais.

Como vimos acima, os sistemas estaduais de educação profissional guardam algumas especificidades justamente porque não reproduzem dentro do seu sistema as formas mais bárbaras e precárias de educação, estando numa posição intermediária entre as melhores escolas privadas, as melhores (e raras escolas estatais) e a escola estatal de baixa qualidade para as maiorias.

EXISTEM FORMAS MAIS SUTIS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CEETEPS E ETECs DO CEARÁ?

O governo de José Serra (2007-2010) iniciou um grande processo de expansão do Ensino Profissional Técnico e Tecnológico, que passou a ser priorizado pela administração pública estadual. Entre 2000 e 2009, o número de FATECs passou de 9 para 50, enquanto as ETECs passaram de 138 para 173. Como vimos, em 2019, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza completou 50 anos de fundação, alcançando a marca de 223 ETECS e 73 FATECS. Com relação aos números do início do século XXI, as unidades de ETECS cresceram quase 250%, enquanto as unidades de FATECS cresceram mais de 700%.

Tamanha expansão se deu às custas de sucateamento das unidades de ensino e precarização das condições de trabalho. Praticamente todas as unidades enfrentam diversos problemas estruturais e de recursos humanos. Vale ressaltar que o último concurso público para contratação de pessoal técnico-administrativo foi em 2009; e para trabalhadores específicos das escolas agrícolas e de pessoal de apoio foi em 1996,

Em diversas unidades há servidores municipais cedidos as escolas, contratação de funcionários sem concurso público. Nesse cenário, as maiores prejudicadas são as Escolas Agrícolas, que dentro desse cenário de expansão, ficaram em segundo plano, não foram integradas ao processo de expansão e sofrem com a falta de mão-de-obra para gerir suas fazendas e aproveitar todo o potencial didático-pedagógico e de desenvolvimento local que essas unidades poderiam oferecer aos alunos e a toda comunidade no entorno das escolas.

A questão orçamentária é uma pauta central nas discussões a respeito da Educação Profissional no Estado de São Paulo, apesar da ênfase nessa modalidade de ensino e na propaganda, os recursos para o Centro Paula Souza não se encontram fixados por lei, como nas universidades estaduais paulistas, onde se tem destinado 9,57% da arrecadação com o (antigo) ICMS, montante que nos últimos anos tem se mostrado insuficientes.

A dotação orçamentária do Paula Souza permanece à mercê da conjuntura política e do alinhamento das forças políticas Assembleia Legislativa durante as discussões a respeito das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA),

Diante disso é possível identificar que o financiamento da educação profissional e tecnológica, ofertado nas ETECs e FATECs, é decidido anualmente pelos Deputados na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo após encaminhamento da proposta de orçamento pelo Governador do Estado e os recursos aprovados e destinados tem se provado insuficientes para oferecer uma educação pública de qualidade para o povo paulista (Quintino; Lima; Batista, 2019, p. 122).

Situação que tende a se agravar nos próximos anos em decorrência do congelamento dos investimentos nas áreas sociais, promovidos pelas políticas fiscais de caráter neoliberal adotadas pelo governo federal por meio da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, a Emenda do Teto dos Gastos Públicos; com o Estado de São Paulo prontamente adotando uma legislação semelhante; além da aposentadoria de servidores.

Ao longo de todo o século XXI, marcado pela gestão do PSDB no Estado de São Paulo, o Centro Paula Souza torna-se sinônimo de “sucesso” na educação profissional, segundo a propaganda estatal, apesar de todo o sucateamento ao qual está submetido.

O Centro Paula Souza é fonte de inúmeras propagandas por parte dos governos paulistas. É uma das principais vitrines de uma educação de qualidade. No entanto, esta propaganda *invisibiliza* fatores como: existência de “vestibulinhos” altamente concorridos, que selecionam os melhores alunos do Estado, a precarização sutil e singular do trabalho docente nas ETECs e FATECs, a dificuldade de criação de um plano de carreira, as terceirizações, a gestão autocrática das escolas e do sistema de educação profissional, a participação do 3º setor, dentre inúmeros outros problemas.

Vale ressaltar que o último concurso público para contratação de pessoal técnico-administrativo foi em 2009; e para trabalhadores específicos das escolas agrícolas e de pessoal de apoio foi em 1996; até o momento não

há qualquer previsão de abertura de um novo concurso público, situação que tende a se agravar nos próximos anos em decorrência do congelamento dos investimentos nas áreas sociais, promovidos pelas políticas fiscais de caráter neoliberal adotadas pelo governo federal por meio da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, a Emenda do Teto dos Gastos Públicos; com o Estado de São Paulo prontamente adotando uma legislação semelhante; além da aposentadoria de servidores e a não reposição destes.

Em diversas unidades há servidores municipais cedidos as escolas, contratação de funcionários sem concurso público. Nesse cenário, as maiores prejudicadas são as Escolas Agrícolas, que dentro desse cenário de expansão, ficaram em segundo plano, não foram integradas ao processo de expansão e sofrem com a falta de mão-de-obra para gerir suas fazendas e aproveitar todo o potencial didático-pedagógico e de desenvolvimento local que essas unidades poderiam oferecer aos alunos e a toda comunidade no entorno das escolas.

As formas mais sutis de precarização do trabalho docente também podem ser encontradas nas EEEP cearenses. Elas serão investigadas com mais profundidade na próxima fase da pesquisa FAPESP (ao longo do ano de 2025 – II Fase da Pesquisa).

É possível cotejar o Centro Paula Souza com as Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, mas evidentemente existem algumas particularidades nos dois sistemas.

A expansão do Centro Paula Souza nos anos 2000 se deu de forma bastante precarizada em função dos seguintes determinantes: professores horistas, serviços de limpeza, segurança, refeitório terceirizados, laboratórios desatualizados, prédios inadequados e sistemas tecnológicos para a essa expansão, além da ausência de plano de carreira para os professores e servidores técnico administrativos. O plano de carreira foi instituído em 2014, mas a efetivação ainda se completou.

O enquadramento por titulação dos Servidores técnicos – administrativos ocorreria em julho de 2020, mas por conta da pandemia, está adiado sem previsão para se efetivar.

Os vestibulinhos e uma infraestrutura um pouco melhor do que a das demais escolas públicas obviamente maquiavam a realidade do CEETEPS. Por terem os melhores alunos, melhor infraestrutura que a média e parte dos professores com dedicação numa única escola, obviamente as avaliações vão mostrar que seus alunos têm desempenho melhor que as escolas públicas da rede estadual.

Em escolas como a ETEC Guarulhos, a concorrência por uma vaga chega a 32 candidatos por vaga para o Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio¹. Sendo assim, as melhores ETECs - já na partida - têm obviamente os melhores alunos. Eles são bons porque a escola é boa e os ajudou a melhorar ou já são parte do topo da pirâmide escolar e foram selecionados em vestibulinhos?

Sublinhamos também que uma parcela dos professores pode ter uma carga horária maior na escola para desenvolver projetos, o que pode levar a uma maior identidade com os alunos e com aquela realidade escolar.

Há traços de autocracia na indicação dos superintendentes do CEETEPS. Laura Laganá é superintendente desde 2004, reeleita em 2008, resistindo a mudanças de quatro governos tucanos. Marcas típicas dos anos 1970 se reproduzem nos anos 2000, com nova forma, mas de mesma essência. O coronelismo e neocoronelismo fazem parte da criação da base de apoio para se sustentar a superintendente e toda uma tecnoburocracia na administração central.

Em 2012 ela teria de deixar o cargo, mas por conta de uma manobra do Conselho Deliberativo, as regras da eleição foram modificadas e ela foi reconduzida para o terceiro mandato e em 2016 para o quarto mandato que se encerra em novembro de 2020.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará têm muitas semelhanças com as do CPS, especialmente por serem a “vitrine” de um novo “modelo” educacional. De fato, é possível encontrar nos dois sistemas de educação profissional condições de trabalho docente um pouco melho-

¹ Dados referentes ao Vestibulinho 2019 para o Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Técnica Profissional em Administração (Vestibulinho [...], 2018).

res que a média do sistema educacional estatal. Cabe destacar que o sistema cearense é evidentemente menor e mais recente.

Da mesma forma que o Paula Souza, o sistema cearense possui melhor qualidade e melhores condições de trabalho do que as escolas estaduais “normais” cearenses, ainda que seja possível identificar formas mais sutis de precarização do trabalho nestas escolas (Fase II da Pesquisa, a ser realizada em 2025). Assim como o Paula Souza, possuem também formas de seleção que tendem a escolher os melhores alunos, facilitando a vida dos docentes e deste sistema educacional, ou seja, elas melhoram a educação dos melhores.

Do ponto de vista do Projeto Político-Pedagógico, é notável que o sistema cearense combine princípios da educação omnilateral com princípios empresariais difundidos pela filosofia da Odebrecht. No Paula Souza não se chega a tanto, pois este possui uma ideologia educacional mais “pura”, voltada para a formação de força de trabalho no século XXI, baseada na pedagogia das competências.

Num plano mais geral, para além da análise dos dois sistemas de educação profissional, nos anos 1990 foram produzidos muitos relatórios para os países periféricos, como “receitas de bolo” feitas pelo Banco Mundial e pela ONU. O “recado” destes relatórios era muito simples e direto. Não cabe ao Estado oferecer ensino superior público, este deve estar nas mãos da “iniciativa privada”. Diante da crise do assalariamento, isto é, do regime de acumulação taylorista-fordista e da sociedade salarial, as agências multilaterais e todos os outros aparelhos privados de hegemonia passaram a defender novas formas de trabalho, especialmente o empreendedorismo. Na educação profissional, entram na agenda fórmulas que vão tentar vincular a educação ao mercado de trabalho (neotecnicismo) e outras alternativas de trabalho, como por exemplo o empreendedorismo de si mesmo. Este tipo de proposição veio - como uma onda mais forte - nos relatórios do Banco Mundial dos anos 2000, no contexto da Reforma do Estado, e como parte dessa contrarreforma do Estado, a multiplicação de Fundações, Institutos e ONGs que vão passar a atuar cada vez mais na educação. Este será o tema da nossa próxima seção.

3º SETOR: SUA ATUAÇÃO NA CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS

A expansão do CEETEPS nos anos 2000-10, a criação da Rede Federal de Educação, a criação das EEEPs no Ceará e a expansão da educação profissional privada devem ser compreendidas no bojo da nova fase da Contrarreforma do Estado e da Mundialização do capital.

Como parte desse processo, temos que destacar o papel preponderante dos Institutos, ONGs e Fundações, isto é, o chamado 3º Setor, em geral como braço do capital ou das associações do capital, verdadeira sociedade “civil” no Brasil, empenhada na articulação, concepção e avaliação das políticas educacionais. Recuperando o conceito de Gramsci, são Aparelhos Privados de Hegemonia (APH).

No cenário nacional, podemos destacar o Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Instituto de Corresponsabilidade Educacional (ICE), Itaú e Unibanco. No cenário da educação profissional de São Paulo e do Ceará, destacam-se a Fundação Odebrecht com a sua Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), com a Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional (TESE) e o Instituto Unibanco, conforme veremos nas páginas seguintes.

Sanfelice (2010) acredita que o Estado de São Paulo é um dos espaços privilegiados para se compreender a política educacional do PSDB. Ainda que haja mudanças de governadores, e diferenças epiteliais entre cada governador e seus projetos de governo, todos eles foram do PSDB, sendo o estado de São Paulo um “laboratório científico” privilegiado para se compreender a formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais desde 1994. Podemos afirmar que o Governo Tarcísio de Freitas (2023-...) dá continuidade a esta tendência geral, ainda que com algumas particularidades.

Da mesma forma, o Estado do Ceará também é um espaço privilegiado para se compreender a política educacional pois vem sendo comandado por partidos de esquerda ou governos populares desde 2008,

especialmente PSB e PT. Um destaque especial deve ser feito para a ampla propaganda feita pelos governos cearenses para as “melhores notas” alcançadas pelos municípios cearenses e como um Estado que tem efetivamente uma “educação de qualidade”.

Cabe sublinhar que não identificamos até o presente momento uma diferença muito significativa, ao menos no plano estadual, das políticas educacionais do PSDB e do PSB e PT para a educação nos governos estaduais. E como parte disso, também não encontramos uma oposição direta ao papel do chamado 3º Setor na educação nestes dois estados da Federação. Ao contrário, todos os dois Estados investigados bem como o Governo Federal estão de braços abertos para o 3º Setor. Nas propostas dos dois Estados da Federação aparecem categorias como formar para o mercado do trabalho, formar para o empreendedorismo e educação para a cidadania, além obviamente de uma participação ativa do chamado 3º Setor na concepção, implementação e avaliação das políticas educacionais.

As diferenças mais sutis existem, especialmente no que se refere ao projeto popular para o Brasil e algumas particularidades no campo da educação (por parte do PT e PSB), ao menos na sua fundação, enquanto partidos políticos que defendiam uma educação pública de qualidade. Cabe sublinhar também que com o avanço da extrema direita, o PSDB está praticamente destruído e que ele “foi jogado” para o campo democrático, tentando se diferenciar do bolsonarismo e outras correntes da extrema direita.

Também é preciso destacar que a política educacional, como de resto toda a política neoliberal, pode ser dividida em fases, que contam com aperfeiçoamentos (não no sentido positivo da palavra), aprofundamentos, experimentações, “inovações”, avanços, contradições e em alguns poucos casos, por recuos, em função da pressão das lutas dos movimentos sociais em geral e dos educadores em particular.

Temos defendido que a política educacional brasileira nos anos 1970, na mesma onda da política educacional chilena, já possuía características neoliberais. Evidentemente que aqui não chegamos ao grau e intensidade de mercantilização dos chilenos, mas é possível afirmar que a política educacional da ditadura empresarial militar foi neoliberal ao criar as condições

para o crescimento da educação enquanto mercadoria, principalmente no ensino superior e médio. Nos anos 1990 assistimos a uma nova fase da política educacional neoliberal, que guarda diferença para a nova onda de neoliberalismo dos anos 2000, seja na sua forma híbrida (governos do PT), seja na sua forma “tsunami” dos nos governos de extrema direita, que promoveram transformações radicais e mais regressivas na educação.

Em entrevistas realizadas com alguns educadores do Centro Paula Souza, e em diálogo direto com 2 orientandas de iniciação científica, 1 de mestrado e um de doutorado, foi possível identificar o papel do Instituto UNIBANCO no CEETEPS. Por sua vez, os estudos de George Amaral (2015; 2020) e de Belmino (2020) identificaram o papel da Fundação Odebrecht na concepção e implementação das EEPs e mais recentemente do Instituto UNIBANCO. Portanto, já é possível adiantar o papel do Instituto UNIBANCO nos dois sistemas pesquisados.

Vimos que como parte da reforma do Estado (na verdade uma contrarreforma do Estado), novos personagens entraram em cena: Fundações, Institutos e ONGs que passam a atuar na educação. Os países periféricos e centrais passaram a adotar uma agenda mais sutil e complexa de privatização da educação pública “por dentro”, criando novas “oportunidades de negócios” para empresários da educação e empresários em geral se apropriarem dos fundos públicos. A partir daqui, a separação clássica entre público e privado se torna mais complexa, pois deixa de existir uma separação nítida entre de um lado escolas públicas de um lado e escolas privadas de outro. A participação das Fundações, Institutos e ONGs e formas mais sutis de privatização da escola pública passam a existir.

George Amaral (2015) observou que as EEPs adotaram a ideologia empresarial da Odebrecht S/A sob a forma de Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional (TESE) como fundamento da gestão escolar e da prática pedagógica do trabalho docente. Para este pesquisador, isso expressa a vinculação entre os pressupostos teórico-metodológicos do empreendedorismo empresarial, o processo de precarização da profissão docente e a formação continuada ofertada aos professores. Nesse quadro, a proposta exige que os professores se adequem a um “novo” perfil pedagógico: o de

assimilarem os preceitos da TESE e as precárias condições em que está assentada a profissão docente. E complementa:

O estágio atual de produção e reprodução social do capital encontra-se em crise profunda, fazendo com que se desdobrem sobre o complexo educacional as determinações da reestruturação produtiva, política, econômica e ideológica sob o signo de um dos seus principais instrumentos: o neoliberalismo. Nesse contexto, debatemos as orientações das agências internacionais multilaterais bem como as reformas educativas, determinadas aos países da periferia capitalista como forma de adequação às exigências do capital internacional. Através das reformas, a formação de professores foi enfatizada como imprescindível para o êxito das políticas educacionais. Consideramos a iniciativa do executivo cearense como mais uma investida do capital tentando abarcar a educação formal via aparato estatal, fazendo adentrar na escola pública a ideologia mercadológica do empreendedorismo empresarial. Para isso, necessita que os professores se adequem à proposta da TESE, em processo marcado pela precária forma de contratação, ao mesmo tempo em que empreende-se uma precária formação humana e profissional na modalidade continuada, para o exercício de uma profissão precária (Amaral, 2015, p. 112).

Webster Belmino (2020) identificou a participação crescente do Instituto Unibanco na concepção das EEEPs do Ceará, ao lado da filosofia da Odebrecht (TESE e TEO). Por sua vez, Mercurio (2021) e Moraes, Reis e Alencar (2022) observaram o papel crescente do Instituto Unibanco no CEETEPS.

Qual é então o papel das Fundações, Institutos e ONGs na disputa da hegemonia e na construção do consenso do complexo educacional profissional? No caso do Centro Paula Souza, através de entrevistas e pesquisa bibliográfica, foi possível identificar o papel do chamado Terceiro Setor na concepção e implementação das políticas educacionais, com destaque para Instituto Ayrton Senna, Programa Ezap, Fundação Lehmann, Instituto Unibanco, Fundação Itaú, Fundação Ford e Bradesco. Mas não foi possível identificar uma Fundação, Instituto e ONG que estivesse diretamente implicada na concepção e implementação da política de integração do ensino técnico ao médio. Isso se dá de forma mais sutil.

Moraes, Reis e Alencar (2022, p. 9), no artigo intitulado “Educação profissional paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro “Paula Souza” (1995–2018)” são enfáticos ao afirmar que:

as escolas técnicas reagiram às oscilações e restrições orçamentárias (e por vezes à própria gestão do CPS, diretamente ou por indução) ao recorrerem a formas alternativas de financiamento, que Sacilotto (2016) caracteriza como “pactos fundacionais da política pública”: projetos financiados por fundações e agências de fomento; recursos oriundos das cooperativas escolares (nas escolas “agrícolas”); parcela do montante do pagamento de inscrição dos candidatos ao exame de ingresso; contribuições dos alunos às Associações de Pais e Mestres das escolas, entre outras. Além disso, sua pesquisa enumera vários projetos, desenvolvidos nas ETEC e FATEC, financiados por fundações de direito privado, a exemplo da Fundação Vitae, e da Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT). O Programa de Apoio ao Ensino Técnico foi criado em 1996 pela Fundação Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da educação profissional técnica de nível médio no Brasil.

Em 2006, após a Vitae encerrar suas atividades, a FAT assume a gestão do programa em parceria com outras instituições, entre elas, Fundação Lemann (desde 2002), Instituto Unibanco, Banco Itaú BBA e Fundação Itaú Social a partir de 2007 (Fundação FAT, 2009, p. 13 apud Sacilotto, 2016). E passa a chamar-se “Parceiros-Vitae de Apoio ao Ensino Técnico e Agrotécnico”, com os mesmos objetivos e formas de financiamento. No período entre 1996 e 2013 são financiados 96 projetos de ETEC do CPS, para atualização e construção de laboratórios em diferentes cursos.

E concluem que

Os processos de conformação curricular na EPT deram-se por meio do desenvolvimento prioritário de parcerias com o “setor produtivo”, contando, entre os anos de 2000 e 2018, com 112 parceiros, que passaram de quatro em 2000 para 37 em 2017 e 70 em 2018. Desse total de instituições, houve 31 parcerias com autarquias estatais ou sem fins lucrativos e 81 parcerias com o setor privado, o que evidencia a crescente aproximação entre escola e mercado no período (Moraes; Reis; Alencar, 2002, p. 11-12).

Para estes pesquisadores:

Contata-se, na análise realizada, um processo de dupla privatização na e por meio da política de educação profissional paulista: por uma via endógena, envolvendo importação de ideias, técnicas e práticas do setor privado para a formatação do setor público, de modo semelhante ao que ocorre nas empresas, e, paralelamente, um crescente e ativo papel de agentes privados de distintas naturezas na formulação de políticas (Moraes; Reis; Alencar, 2022, p. 9)

A tese de doutorado de José Vitório Sacilotto, defendida em 2016 na Unicamp intitula-se “A educação profissional na agenda de políticas públicas de educação no Estado de São Paulo e a expansão do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza”. O estudo analisou as relações entre o público e o privado nas políticas de educação profissional no estado de São Paulo, com foco nas propostas curriculares do ensino técnico de nível médio desenvolvidas pelo Centro Paula Souza (CPS) entre 1995 e 2018.

Sacilotto (2016) investigou como o CPS se expandiu durante esse período, tornando-se um instrumento central na implementação de políticas públicas de educação profissional e tecnológica no estado. A pesquisa destaca que, a partir de 2002, houve uma intensificação na expansão do CPS, caracterizada pela criação de novas escolas técnicas e pela incorporação de unidades já existentes da rede estadual de ensino.

O autor também examina a influência do chamado 3º Setor na formulação e implementação das políticas curriculares do CPS, evidenciando a presença de parcerias público-privadas e sua incidência na organização curricular dos cursos técnicos. A tese aponta que essas parcerias resultaram em mudanças significativas nas matrizes curriculares, refletindo interesses das classes proprietárias e impactando a formação oferecida pelo CPS.

Em síntese, a pesquisa de Sacilotto (2016) oferece uma análise aprofundada da expansão do Centro Paula Souza e das relações público-privadas nas políticas de educação profissional em São Paulo, destacando as implicações dessas dinâmicas para a organização curricular e a formação técnica de nível médio no estado.

Dantas (2013) observou o papel da Mckinsey na concepção de reforma educacional paulista dos anos 2000. Foi possível observar que o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) (identificado como estratégico nas políticas educacionais de outros Estados, inclusive do Ceará) e que as entidades acima fizeram inúmeros convênios com o Centro Paula Souza e com a Secretaria de Educação, mas não conseguimos identificar um papel preponderante das mesmas na concepção direta da política de integração. Essa incidência, no caso específico da política analisada, é indireta, à medida que os secretários de educação são dessas fundações ou se reúnem periodicamente com seus pares do Terceiro Setor (Novaes; Okumura, 2021). Por sua vez, como vimos acima, Moraes, Reis e Alencar (2022) identificaram a atuação direta do “setor produtivo” na conformação do currículo.

Cumpre destacar que na literatura da área a incidência ou influência do terceiro setor na política educacional é quase sempre indireta. A contratação do terceiro setor ou de consultorias pelas secretarias de educação, ou mesmo a atuação de gestores educacionais vindos do terceiro setor, geralmente leva a proposição de concepções “generalistas” de políticas educacionais, segundo princípios, fundamentos, parâmetros, formas de avaliação, visões de mundo, etc. a serem difundidos e raramente a concepção de uma política educacional específica, como é o nosso caso. Em outras palavras, não identificamos a participação específica do terceiro setor na concepção de uma política determinada, mas na concepção de princípios gerais para a educação, em geral bastante conectados com a perspectiva neoliberal.

Em síntese (ainda provisória nesta fase da pesquisa), tanto no caso cearense quanto no caso paulista foi possível identificar a participação ativa de Institutos, Fundações e Institutos na concepção, implementação e avaliação das políticas educacionais, temos que desenvolveremos ao longo desta pesquisa. No Ceará é forte a participação da Odebrecht e do Unibanco. No CPS, também é forte a participação do Unibanco, dentre outros/outras agências do 3º Setor.

Por último, mas não menos importante, cabe salientar que lutamos para que essa oportunidade de educacional profissional do Ceará e de São Paulo possam vir a ser melhor, e não pior. Para isso, ficará para as lutas so-

ciais cearenses, paulistas, brasileiras e mundiais o desafio de construir sistemas educacionais públicos, universais, financiados com recursos públicos, e controlados pelo povo, tendo em vista a sua emancipação. Ao que tudo indica, até o presente momento estes sistemas de educação profissional caminham em outra direção, isto é, por mais que tenham alguma qualidade comparativa, o controle é estatal e não público, com uma participação evidente do 3º Setor (e não popular), o financiamento é público, mas no caso do Ceará contou com participação do Banco Mundial. E os propósitos são formar para o mercado de trabalho ou para o empreendedorismo.

Se ficarmos apenas na aparência dos fenômenos, é possível chegar rapidamente à seguinte conclusão: de fato os dois sistemas de educação profissional são muito bons, oferecem uma educação pública de qualidade e não precarizam o trabalho docente. No entanto, se mergulhamos mais a fundo para encontrar a essência dos fenômenos, é possível identificar traços de precarização do trabalho docente, seleção de alunos melhores e privatização da educação, especialmente com o avanço do 3º Setor e de outras reformas neoliberais da educação.

Este relatório parcial procurou mostrar (em parte) a essência (e não a aparência) dos fenômenos da educação profissional de dois importantes Estados da Federação brasileira: São Paulo e no Ceará, suas semelhanças, diferenças e contradições. Para facilitar a visualização, optamos por fazer um pequeno quadro, que coteja os dois sistemas de educação profissional.

Quadro 2 – Cotejamento Centro Paula Souza e EEEPs

Quadro de Cotejamento	Centro Paula Souza São Paulo	EEEP Ceará
Governo	PSDB (desde 1994)	PROS, PT, PSB, PT
Número de Escolas	173 ETECs	130
Ano de Surgimento	1969	2008
Número de Alunos	230.000 Nas Etecs	55.000

Número de Professores	14.685	
Financiamento	Estado São Paulo	Banco Mundial Governo Federal - Programa Brasil Profissionalizado
Fundações e Institutos que mais atuam	Unibanco	Odebrecht e Unibanco
Lei Federal	5154/2004	5154/2004
Lei Estadual		14.273 de 19/12/2008
Gestão das Escolas	Indicação/Seleção	Concurso e Indicação
Projeto Político Pedagógico	Competências Mercado de trabalho	Cidadania Omnilateralidade Empreendedorismo
Vestibulinho/Seleção	Sim	Sim
Cotas	Não	Para as escolas particulares
Formas sutis de precarização do trabalho docente	Contração por tempo determinado	Abono salarial (sem incorporação na aposentadoria)

Fonte: Elaboração própria

REFERÊNCIAS

AMARAL, George. **Formação de professores para escolas profissionalizantes no Estado do Ceará:** crítica à pedagogia do empreendedorismo. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) – Universidade Estadual do Ceará, 2015.

AMARAL, George. **A educação profissional e o ensino médio no Brasil:** meandros, contradições e descaminhos da proposta de integração no Ceará. 2020. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.

BELMINO, Webster Guerreiro. **Um estudo ontomaterialista sobre a função social das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará.** 2020. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UECE, Fortaleza, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, [1997]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em 10 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Educação profissional:** apresentação, Fortaleza: Secretaria da Educação, 2015. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/apresentacao/>. Acesso em: 31 out. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Coordenadoria de Educação Profissional:** sistema de gestão escolar. Fortaleza: Secretaria da Educação, 2019.

CENTRO PAULA SOUZA. **Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza.** São Paulo: CPS, 2020.

DANTAS, Gisele Kemp Galdino. **Política educacional paulista (1995-2012):** dos primórdios da reforma empresarial neoliberal à consolidação do modelo gerencial. 2013. 153 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104823>. Acesso em: 26 set. 2025.

DETREGIACHI FILHO, Edson. **A evasão escolar na educação tecnológica:** estudo de uma Unidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. 2012. 126 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

MERCURIO, Bruno Michel da Costa. **Integração do ensino técnico ao médio na habilitação profissional em agropecuária do Centro Paula Souza:** limites e contradições. 2021. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; REIS, Elydimara Durso dos; ALENCAR, Felipe. Educação profissional paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro “Paula Souza” (1995-2018). **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270005, 2022.

NOVAES, Henrique Tahan; OKUMURA, Julio Hideyshi. **Introdução à política educacional em tempos de barbárie.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. A reforma e a contra-reforma da educação brasileira. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004. **Anais [...]**. Caxambu: ANPED, 2004. p. 1-15.

QUINTINO, R. M.; LIMA, S. E. de; BATISTA, S. S. S. B. O financiamento da educação pública no estado de São Paulo e a educação profissional e tecnológica neste contexto. *In: WORKSHOP DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA*, 14., 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019, p. 114-123.

SACILOTTO, José Vitório. **A educação profissional na agenda de políticas públicas de educação no Estado de São Paulo e a expansão do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza**. 2016. 321 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SANFELICE, José Luís. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. **Nuances: estudos sobre educação**, ano 17, v. 17, n. 18, p. 145-160, jan./dez. 2010.

SANTOS, Deribaldo; BELMINO, Webster; AMARAL, George. **Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará: entre o discurso e a realidade**. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

SILVA, Marta Leandro da; MARQUES, Waldemar. A trajetória política e histórico-normativa do ensino técnico da área de agropecuária no estado de São Paulo: a históriapolítica de transição por decretos (de 1882 a 2001). **Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 16, p. 81-104, 2014.

VESTIBULINHO Etecs: veja cursos com maior índice de candidato por vaga. **São Paulo Governo do Estado**, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/vestibulinho-etecs-veja-cursos-com-maior-indice-de-candidato-por-vaga/>. Acesso em: 10 dez. 2019.